

DEFICIÊNCIA E UNIVERSIDADE: um estudo sobre inclusão e superação através do Tempo e alguns casos na Faculdade Sete de Setembro (Fasete)

Luciana Pereira de Souza Jatobá Barreto

Especialista em administração escolar, supervisão e orientação pela UNIASELV, Graduada em Administração com Habilitação em Marketing pela FASETE.

Maria do Socorro Pereira de Almeida

Doutora em Literatura e Cultura pela UFPB; Mestre em Literatura e Interculturalidade pela UEPB. Professora de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade Sete de Setembro (FASETE), Paulo Afonso-BA.

RESUMO

O conceito de deficiência diz respeito às restrições sociais impostas às pessoas que possuem diferenças nas habilidades corporais. Desde a antiguidade, pessoas identificadas com alguma deficiência eram eliminadas ou abandonadas. Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é estudar a questão da inclusão e a superação de pessoas deficientes até o ingresso nas universidades, através dos tempos, em cenários de realidades diversas, com avanços e entraves de várias ordens. Assim, buscamos, primeiramente, conceitos e ponderações a respeito de deficiência e inclusão; breves considerações a respeito das perspectivas socioculturais sobre a deficiência; e algumas visões de superação a partir dos processos históricos e sociais. A pesquisa foi realizada com enfoque em publicações científicas que possibilitaram a leitura, análise e discussão do assunto, além de uma observação em uma faculdade privada da Cidade de Paulo Afonso, interior da Bahia. Ao concluir, pudemos observar que são inegáveis os avanços com relação à inserção dos deficientes no convívio social, através da educação, entretanto, há um longo caminho ainda a ser percorrido no que se refere ao acesso e a permanência destas pessoas, para que possamos contar com a construção de uma sociedade inclusiva e cidadã.

Palavras-Chave: Deficiência. Inclusão. Superação

ABSTRACT

The concept of disability concerns the social restrictions imposed on people who have differences in physical abilities. Since antiquity, people identified with a disability were eliminated or abandoned. Given this context, the objective of this work is to study the issue of inclusion and the overcoming of disabilities for entry the universities, through the ages, in scenarios of different realities, with various kinds of advances and obstacles. So, firstly, it is sought for concepts and considerations about disability and inclusion; brief considerations about the socio-cultural perspectives on disability; and some visions of overrun from the historical and social processes. The research was conducted with focus on scientific publications that enabled the reading, analysis and discussion of the subject, in addition to an observation at a private college of the City of Paulo Afonso, in Bahia. Finally, it could be observed that there are undeniable advances about the integration of disabled people in social life through education, however, there is still a long road to be traveled regarding the access and permanence of these people, so we can count on the construction of an inclusive society.

Keywords: Disability. Inclusion. overcoming

INTRODUÇÃO

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com necessidades especiais é atitude muito recente em nossa sociedade. Educação Inclusiva é a consequência de um movimento mundial que envolveu estudos teóricos e práticos, com o objetivo de garantir direitos daqueles que tinham suas capacidades e inteligências negadas por uma sociedade que ainda “engatinha” na prática da alteridade.

Para tecer algumas considerações sobre a educação de pessoas deficientes é necessário percorrer, na linha do tempo, como eram enfrentadas as situações de pessoas com necessidades especiais em épocas anteriores a fim de percebermos melhor o grau de significação que essas pessoas ocupam na sociedade e sua condição de acessibilidade no momento atual.

Alguns teóricos constataam quatro momentos transitórios do desenvolvimento das pessoas que apresentam deficiências: “A era da negligência, até o século XVII; a era da institucionalização, séculos XVIII e XIX; A era da educação, século XX; e a era da inclusão, a partir da década de 70 do século XX” (MAZZOTA, 2001; MENDES, 1995; SASSAKI, 1997).

Pelas palavras dos autores citados percebe-se que o deficiente, em princípio, era ignorado, tanto na sua condição enquanto pessoa com uma determinada limitação; quanto no seu direito de viver em sociedade e que, só depois de muitos séculos, inicia-se uma redenção desse olhar indiferente para uma compreensão da situação, e a possível transformação do pensamento e das atitudes sociais com relação aos deficientes.

No Brasil, um modelo educacional de integração começou a ser pensado a partir da década de 1970, após reivindicações pelo direito e oportunidade educativa igual para todos. Em 1973 foi criado, no Ministério da Educação, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que atuou até 1986, se transformando posteriormente, em Secretaria da Educação Especial – SEESP, cujo objetivo principal era centralizar e coordenar as ações de política educacional voltadas para as pessoas com deficiências. Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, este cenário vem sendo delineado com maior ênfase e impacto sobre a sociedade, a saber: “Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Deste modo, o debate sobre a inclusão dos deficientes nos processos normais de ensino, bem como dos direitos destes ao exercício pleno de sua cidadania tem se intensificado nas últimas duas décadas em nosso país. Segundo o Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil possui 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que expressa 14,5% da população (BRASIL, 2000).

Ao perceber a crescente parcela de pessoas deficientes no país, a luta pela inclusão social, as exigências de um mercado competitivo e a ação constante pela igualdade e permanência na escola de todos, podemos refletir mais profundamente sobre a questão da conquista destas pessoas no acesso ao Ensino Superior, uma vez que a educação é essencial para o desenvolvimento intelectual e pessoal de todos os indivíduos. Em se tratando de pessoas com deficiência, a educação adquire um caráter prioritário e decisivo para inserção dessas pessoas na sociedade. Assim, o objetivo deste artigo é abordar o estudo da inclusão e superação de pessoas deficientes até a universidade, a partir da inserção destes no convívio social.

Com base no exposto, este estudo tem sua relevância no fato de apresentar alunos com deficiências se destacando e conquistando seus diplomas de formação superior para que, assim, possamos contribuir para que outros, que até então não tiveram ou não se deram oportunidade, possam partir em busca do seu direito como cidadão e da descoberta de suas competências.

Para elaboração da pesquisa, entre outros casos e estudos bibliográficos, foi escolhido como local para observação, a Faculdade Sete de Setembro – FASETE, em Paulo Afonso-BA. Com os indicadores do estudo pretende-se contribuir para as possibilidades de explanação e de sucesso de uma sociedade mais igualitária e a presença de discriminação ou preconceito.

A pesquisa foi realizada com base em publicações científicas e observação na Faculdade FASETE. Desta forma, contextualizando o tema e apresentando o objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: Introdução, a fim de apresentar uma visão panorâmica do assunto; Conceitos e ponderações a respeito da deficiência e inclusão; Fundamentação teórica, reunindo uma produção indispensável à compreensão do assunto; Caracterização da Faculdade FASETE para entendimento do ambiente educacional; Visões de superação, para observar que é possível atingir os objetivos. A conclusão do trabalho com base em entrevistas com alunos que estão cursando o nível superior na citada faculdade e, finalizando, as referências, relacionando os autores citados nesta pesquisa.

1 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO: CONCEITOS E PONDERAÇÕES

Para melhor entendimento a respeito do assunto discorrido neste trabalho, é necessário mencionar alguns conceitos utilizados sobre deficiência, através de diferentes olhares. Deste modo, quando falamos em deficiência, de acordo com o Míni Aurélio (2004, p. 289) estamos falando de, “falta, carência e insuficiência de alguma coisa”. Portanto, deficiência seria o fato de não possuir algo ou alguma coisa. Em se tratando de deficiência física, por exemplo, pode-se dizer que seria uma determinada limitação do corpo, como não ter um braço, ou uma perna, entre outras.

A *Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens*, publicada em 1989, propõe uma classificação de deficiência que pode ser aplicada, sendo um referencial unificado para a área. Por essa classificação, o conceito de deficiência é:

Perda ou anomalia de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão (p, 8).

No entanto essa classificação cai por terra por tratar a deficiência apenas como causa patológica e orgânica. Nesse contexto, Farias e Buchalla, (2005, p. 190) observam que outros fatores imprimem uma deficiência, como alguns aspectos sociais e modos de percepção sobre o deficiente. Dessa forma os autores enfatizam que:

[...] não são apenas uma consequência das condições de saúde/doença, mas são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, pelas diferentes percepções culturais e atitudes em relação à deficiência, pela disponibilidade de serviços e de legislação (FARIAS & BUCHALLA, 2005, p. 190).

Foi a partir dessa nova concepção de deficiência que a OMS lançou em 2001, a CIF, que é um novo modo de classificação internacional da família e pode ser vista de maneira transversal, uma vez que tem múltiplas finalidades e, segundo Natália de Mesquita Matheus e Ana Laura Schliemann (2013, p. 2): “[...] Trouxe expectativa de melhorar o entendimento a respeito dos fenômenos envolvidos nas deficiências, e consequentemente ampliar os serviços de atenção à saúde desta população [...]”. Nesse contexto, Farias e Buchalla (2005, p. 189) fazem a seguinte observação: “Por exemplo, duas pessoas com a mesma doença podem ter diferentes níveis de funcionalidade, e duas pessoas com o mesmo nível de funcionalidade não têm necessariamente a mesma condição de saúde”.

Sendo assim, é possível observar que a deficiência está associada a diferentes estados de manifestação. Considerando a definição acima, entende-se deficiência como tudo o que gera incapacidade, restrição ou desvantagem para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. No entanto, há situações e níveis diferentes para cada pessoa que precisam ser respeitados.

As deficiências podem ser oriundas do nascimento, doenças e acidentes, além dos diversos tipos como, deficiência física, mental, visual, auditiva, dentre outras. Desta maneira, é necessário esclarecer a utilização da nomenclatura correta adotada para se referir às pessoas com deficiências. “Essas são identificadas como indivíduos que apresentam limitações na execução de algumas atividades e devem ser chamadas de pessoa com deficiência, e não portadores de deficiência, pois a deficiência não é algo que pode ser portado às vezes e outras não” (SASSAKI, 2005).

É comum, o uso do termo “portador de deficiência”, no entanto é contraditório. Sasaki (2005) observa que a condição de ter uma deficiência é intrínseca da pessoa e esta não porta sua deficiência, pois ela a tem. Portar é “carregar consigo; levar, conduzir” (MÍNI AURÉLIO, 2004, p. 644). Assim, não se aplica a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa, como por exemplo, a cor dos cabelos, olhos ou pele.

O movimento em favor da atenção às pessoas com deficiências tem evoluído bastante nos últimos tempos. De acordo com (OMOTE, 1994) a deficiência deixa de ser vista apenas nos seus limites corporais, restrita ao âmbito individual. O aspecto central a ser considerado é a construção social, considerando-se imprescindível a análise da inclusão das pessoas, aos grupos sociais em geral.

A vida do deficiente nunca foi simples, no sentido da aceitação social, pois eram, muitas vezes, escondidos dentro de casa porque significavam motivo de vergonha. Para a família, ter um deficiente no meio familiar era como ser, a própria família, a deficiente. Portanto, a não aceitação iniciava dentro de casa. Ser deficiente era a certeza do isolamento e até de maus tratos. Dessa forma, não nos estranha observar o preconceito que resiste durante tantos anos e que a inclusão tenha demorado tanto a nos alcançar e ser, até hoje, ainda muito tímida na sociedade em geral.

Em 1948, a ONU lança, na França, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual diz que todo ser humano tem direito à liberdade, alimentação, educação, liberdade de expressão, e de “ser humano”, independente da raça, cor, nacionalidade, sexo ou classe social. O documento abre suas considerações observando fatores essenciais para a vida humana na terra como: “O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana” (2000, p. 1). Ou ainda que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (art. I, p. 63).

É evidente que esses aspectos ainda não são vistos de modo absoluto na sociedade, mas fazem com que os dirigentes, em todo o mundo, passem a ver, com outros olhos, a situação de vários integrantes sociais, inclusive o deficiente. A partir de leis e documentos, como o citado acima, é que nascem campanhas de conscientização e reflexão em relação à posição do deficiente na vida social e levam as pessoas a verem o deficiente de forma diferente, dando a ele o direito de mostrar suas capacidades inteligíveis negadas por tanto tempo.

Percebe-se que as ações em relação ao deficiente vêm mudando ao longo dos tempos, muitas campanhas foram e ainda são feitas no intuito de mudar a visão social sobre essas pessoas. Dessa forma, podemos dizer que hoje, a inclusão social tem sido uma ação constante na vida das pessoas deficientes, pois se refere à aceitação das diferenças pela sociedade, em todas as dimensões da vida. A palavra incluir, para o Míni Aurélio (2004, p. 469), quer dizer “conter ou trazer em si; compreender, abranger; fazer tomar parte; inserir, introduzir; fazer constar de lista, de série, etc.; relacionar; incluir; estar incluído ou compreendido; fazer parte; inserir-se”.

Assim, a inclusão caracteriza-se por um processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir e integrar, no meio social, pessoas consideradas “diferentes”, a fim de que assumam papéis até então não concedidos a elas, sem que sofram preconceitos.

O termo inclusão foi oficializado na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO sobre Necessidades Especiais, em 1994. Dessa conferência mundial resultou a Declaração de Salamanca, documento que define os

princípios, a política e a prática da educação para as pessoas com deficiências e afirma a consolidação imediata de ações educacionais, capazes de reconhecer a diversidade e atender quaisquer que sejam as necessidades (BRASIL, 1998).

Deste modo, a inclusão garante a todos o acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa, que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana. Assim, através da elucidação da Declaração de Salamanca, incluir culmina nos paradigmas educacionais, ou seja, seu princípio norteador é oferecer educação para todos.

2 PERSPECTIVAS SOCIOCULTURAIS SOBRE A DEFICIÊNCIA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Os deficientes, ao longo dos tempos, foram vistos segundo as concepções de homem e de sociedade, valores sociais, morais, religiosos e éticos de cada momento histórico-cultural. Levando em consideração as concepções de valores da sociedade dominante em que se percebe o desrespeito às diferenças e a marginalização das classes inferiorizadas, podemos ter uma ideia de como podia ser a vida e a acessibilidade de um deficiente na sociedade.

Dessa forma, o contexto histórico e sociocultural, durante muito tempo, foi marcado por políticas extremas de exclusão em relação à pessoa com deficiência, a exemplo disto, em Esparta, antiga Grécia, crianças com deficiências físicas eram colocadas nas montanhas e em Roma, atiradas ao Rio Tibre, uma vez que eram vistos como risco para a continuidade da espécie. “Já, na Idade Média, eram associados à imagem do diabo, feitiçaria, bruxaria e do pecado” [...] (NASCIMENTO, 2007, p.4).

Os registros de extrema exclusão, ao longo do tempo, são diversos. Os seres humanos que apresentassem comportamentos ou condições físicas diferentes do que era considerado "normal" eram geralmente isolados e em seguida exterminados. Em outros casos, a família não os apresentava à sociedade, era como um ser inexistente e considerado incapaz para o convívio, até mesmo familiar.

Do final do século XIX até meados do século XX, médicos e profissionais das ciências dedicavam-se ao estudo da deficiência. A medicina passou a conquistar espaço no estudo, a partir da descoberta de patologias. Assim, segundo Sales e Silva (2012), as pessoas com deficiências não mais continuavam segregadas em instituições como asilos e hospitais, passaram, aos poucos, a serem incluídas em escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, instituições especiais capazes de lhes proporcionarem uma educação que respeitasse suas limitações, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação especial e a atendê-las por meio de intervenções didático-pedagógicas específicas, pois o objetivo agora era o tratamento.

Somente a partir deste período, iniciaram as tentativas de recuperação ou remoldagem física, fisiológica e psíquica da pessoa deficiente, com o objetivo de "ajustá-la" à sociedade, eliminando-se dela atributos considerados negativos, fossem eles reais ou imaginários. Mesmo assim, a realidade ainda se manteve cruel até meados do século XX. A Declaração

Universal dos Direitos Humanos, de 1948, contribuiu muito para que, na prática, a situação não permanecesse na mesma.

Deste modo, da década de 60 para os dias de hoje observamos uma evolução no processo de aceitação do deficiente, mesmo porque as campanhas tomam uma amplitude através dos meios de comunicação, especialmente a televisão. Nos últimos anos, ações isoladas de educadores e de pais têm promovido e implementado a inclusão nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência, visando resgatar o respeito humano e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desses sujeitos sociais.

No Brasil, a inserção da Educação Especial na política educacional brasileira ocorreu somente no final dos anos 50 e início da década de 60. No entanto, a construção desse sistema só se fez a partir da concordância com a Declaração Mundial de Educação para todos, na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1990.

O termo inclusão foi oficializado somente na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre Necessidades Educacionais Especiais, em 1994, a partir da Declaração de Salamanca, um documento que definiu os princípios, a política e a prática da educação para pessoas com necessidades especiais, e afirmou a consolidação imediata de ações educacionais capazes de reconhecer a diversidade das crianças e atender quaisquer que fossem as suas necessidades.

Hoje, Instituições como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE dão um apoio no desenvolvimento dos deficientes de modo mais aprofundado e dedicado. Por outro lado, a lei garante a inserção de crianças com necessidades especiais na escola regular, ancorada no fato de que a interação e a socialização ajudam no desenvolvimento dos deficientes e colaboram para a alteridade por parte das crianças consideradas “normais”, diminuindo cada vez mais o preconceito. Salientamos que essa inclusão se estende ao ensino superior, encontrando-se, hoje, várias pessoas com algum tipo de deficiência, nas salas de universidades e outras já diplomadas.

O movimento em favor da atenção às pessoas deficientes tem crescido. Atualmente, essas pessoas são identificadas como pessoas que apresentam limitações na execução de algumas atividades, como consequência da deficiência. No entanto, são reconhecidos como possuidoras de outras capacidades. Deste modo, é possível perceber que antigos paradigmas começam a ser repensados por uma nova visão. Após tantos anos de isolamento e segregação, as pessoas com deficiência estão sendo reconhecidas como cidadãs e aceitas de forma que possam desenvolver funções que a faça encarar a vida com dignidade.

O pensamento atual, em relação ao deficiente, é de sua inclusão na vida social e, para isso, vão alterando-se os modos de agir das pessoas nas escolas, através do preparo dos professores e outros profissionais de educação, da adaptação das salas de aula, dos conteúdos disciplinares e tudo o que possa influir para a inclusão dessas pessoas, para que mantenham, com sucesso, e

sem barreiras que levem ao constrangimento do aluno. São os primeiros passos, ainda um pouco vacilantes, mas necessários e importantes para a eliminação total dos preconceitos contra a pessoa deficiente.

Os movimentos e reivindicações, iniciados mais precisamente na década de 1970, foram intensificados nos anos de 1980, com a Constituição Federal de 1988 que, em seu art. 206, inciso I, determinou como um dos princípios para o ensino, “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). O termo “igualdade” refere-se a todos; portanto, a partir dessa lei, todos passaram a ter o direito de frequentar a escola. A mesma constituição também determinou, em seu art. 208, parágrafo III, “que a pessoa com deficiência tem o direito de estudar, preferencialmente, na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

Assim, essa inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais abrange todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino. Por conseguinte, universidades, foco principal deste estudo, fazem parte do sistema educativo, tendo o dever de oportunizar e incentivar a educação para todos. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior passou a significar um novo paradigma de pensamento e ação. Muitas são as universidades que começaram a se organizar no que se refere à inclusão escolar dos alunos com deficiências. No entanto, para que se avance nessa direção, é essencial que os sistemas de ensino busquem conhecer a demanda real desse público.

Outro fator importante é a formação dos professores para o ensino na diversidade, o que se torna indispensável para a realização da inclusão. Medidas que facilitem e auxiliem a concretização desse processo são imprescindíveis como: formação continuada de professores, produção e adequação de recursos pedagógicos, assessoria psicopedagógica, adaptação do currículo, bem como a reflexão de todos os envolvidos no processo educativo. Essa realidade deve ser vista nas escolas e nas universidades.

Nessa perspectiva, no tocante à prática docente, Masetto (2003) evidencia que todos os professores querem que seus alunos aprendam, mas nem todos estão atentos a algumas das características do processo de aprendizagem. Através do pensamento de Masetto, é possível perceber a importância das competências pedagógicas do professor para o processo de inclusão. O papel do professor não é apenas o de mero repassador de informações e técnicas, mas sim, de mediador atento às questões referentes ao seu aluno, bem como de suas dificuldades e habilidades.

A construção de uma política inclusiva para o ensino superior garante um dos direitos sociais fundamentais, contribuindo para reafirmar o espaço de cidadão, impedindo a desqualificação desse sujeito em sua comunidade. A educação é essencial para o desenvolvimento intelectual e pessoal de todos os indivíduos, bem como sua formação profissional, garantida com a sua inserção no ensino superior.

De acordo com pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais, na

universidade, vem aumentando nos últimos anos. Dados do Censo de 2005 indicaram que as matrículas tiveram um aumento percentual de 191% em cinco anos. Os dados deste mesmo Censo revelam que a maioria das universidades estão localizadas na Região Sudeste, seguida do Sul e Centro-oeste e somente uma menor concentração no Nordeste e no Norte.

Os índices sobre o tipo de deficiência mais frequente entre os alunos com necessidades especiais, matriculados nas Instituições de Educação Superior, é a física, com 38%. A seguir vêm os estudantes com deficiência visual, que representam 32% do total. Já os deficientes auditivos detêm 23% dessas matrículas. O Censo também aponta que o maior crescimento foi nas Instituições de Ensino Superior Privadas.

As pessoas com deficiência têm garantido, hoje, o acesso à universidade o que, sem dúvida, se constitui num avanço efetivo. Neste sentido, o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença.

3 ALGUMAS VISÕES DE SUPERAÇÃO

A vida está repleta de histórias de superação ainda que a maior parte das pessoas não se dê conta disso. Pessoas que superam são pessoas que têm uma motivação pessoal diferenciada, que não desistem diante das adversidades, são pessoas que não desperdiçam tempo reclamando do que têm ou do que não têm, mas que buscam, incansavelmente, o que querem e sabem que as oportunidades surgem para todos que criam condições para que elas surjam. Sabemos também, que na realidade social em que vivemos, é preciso que estejamos atentos e lutar também para que essas oportunidades sejam criadas.

Conforme o Míni Aurélio (2004, p. 756) superar significa “ser ou mostrar-se superior, em força, valor, intensidade; vencer, dominar”. Superar então pode ser entendido como uma ação que leva ao êxito, a vitória, a realização, a liberdade.

A palavra superação fomenta vários sentidos e sentimentos que levam a imaginar sempre algo positivo. Na verdade, sabemos o que é e a vemos se revelar em cada momento, no contexto do dia-a-dia, para muitas pessoas de formas diferentes. De acordo com o dicionário informal online (2013, p. 1), superação é “Mudança de uma situação ruim para uma situação boa; Ultrapassar um limite; Recuperação; Ato de progredir”.

É interessante observar, que ao dividir a palavra, vamos encontrar duas palavras que a formam: super-ação, esse fato nos leva a imaginar uma ação superior, que vai além. Nesse contexto, o modo de superar depende de cada um. Passamos a vida tentando superar alguma coisa, nossos medos, angústias, problemas, dificuldades, independente de sermos pessoas vistas socialmente como normais ou se temos alguma dificuldade limitada pelo nosso próprio corpo, e que é conhecida socialmente como deficiência, seja de que forma for que ela se apresente.

Nessa perspectiva, a palavra superação vai ganhando sentidos, formas e importância diferentes para cada pessoa. Cada indivíduo tem suas limitações e formas de agir para superá-las. Assim, vemos na sociedade atual, que depois de um caminho árduo e longo, é possível encontrar, por exemplo, deficientes físicos e visuais cursando faculdades, pessoas com Síndrome de Down na escola regular, entre outras. Sabemos que temos um caminho ainda muito longo e difícil pela frente, porque o preconceito ainda é muito grande, mas alguns passos já foram dados em busca de uma sociedade mais inclusiva. Uma prova disso é a obrigatoriedade da disciplina Língua brasileira de Sinais – LIBRAS nos cursos superiores.

O caminho da superação tem sido utilizado por milhões e milhões de pessoas. Por referência de superação, é possível relatar o fantástico exemplo de Aaron James Fotheringham. “Wheelz”, como é chamado, é um jovem atleta de cadeira de rodas que realiza truques adaptados do *Skate* e *BMX*. Nascido em 08 de novembro de 1991, em Las Vegas, nos Estados Unidos, superou sua complicada realidade, pois nasceu com espinha bífida e, de acordo com os médicos, precisaria de assistência por toda a vida.

Wheelz relata que:

Eu nunca permiti que isso me impedisse, quando os meus amigos andavam de bicicleta eu subia na cadeira e os seguia pelas ruas. Desde aqueles dias minha vida mudou muito, de alguma maneira eu pude viajar o mundo de país em país. Eu pude conhecer meus ídolos, pessoas que me inspiram atuar em shows ao vivo na frente de milhares de pessoas e basicamente ir além do que eu sequer poderia sonhar, tudo por conta da minha cadeira de rodas. Eu fui adotado quando nasci por uma família incrível em Las Vegas – Nevada, Estados Unidos. Eles não são meus pais biológicos, mas são basicamente tudo, eles cuidaram de mim desde o nascimento e me deram tudo que tenho, acabei sendo um grande desafio e risco para eles, porque adotar uma criança com espinha bífida é como comprar um carro com muitos problemas, que sempre dá muito trabalho [...] Quando comecei a ir para a escola sempre me perguntavam se queria ir para sala de adaptação (especial) com outras crianças em cadeira de rodas e sempre fui contra por que sempre me vi como qualquer outra criança, só que com cadeira de rodas, então eu sempre brigava e os fazia me colocarem em salas normais. O técnico sempre gostava porque eu sempre estava lá e queria fazer tudo que os outros faziam. Então eu penso que isso foi importante, ninguém me tratando de forma diferente. Meus pais sempre – se eu pedia ajuda eles diziam ‘suas pernas não são uma complicação, você pode fazer sozinho’ – eu era igual a todos meus outros irmãos, tratado da mesma forma.

Eu penso que sua debilidade está principalmente na sua mente, você é tão debilitado quanto se sente. Sempre se divirta, nunca vi como uma verdadeira debilidade. Eu não acordo pela manhã e penso ‘ahh droga eu tenho que andar de cadeira de rodas hoje’ é como você acordar e colocar o seu sapato, no meu caso é uma incrível cadeira de rodas. É muito bom poder ajudar pessoas olhar suas cadeiras como algo além de um dispositivo médico e sim como algo divertido. Sinceramente são apenas rodas presas no meu traseiro – como isso pode não ser divertido?

Aaron ainda comenta:

Não muito tempo atrás eu fui ao meu primeiro ‘X-games’, eu assisti Travis e o vi de perto pela primeira vez e fiquei deslumbrado, eu acenei e ele acenou de volta para mim. Travis fazia um ‘double backflip’ (manobra) então eu pensei ‘eu quero fazer um double backflip’ então alguns anos depois eles me ligaram e estou fazendo shows

com eles e não pude acreditar. Então eu consegui fazer a manobra e foi incrível, agora tenho medo de sonhar muito além por que meus sonhos parecem estar se tornando realidade...

Analisando a história de Wheelz, é possível perceber a paixão dele pelo que faz. Exemplo de superação e otimismo, ele mostra que uma cadeira de rodas pode ser um brinquedo, e não uma restrição ou mesmo uma exclusão. Com o objetivo de mudar a percepção de mundo de pessoas em cadeiras de rodas e o preconceito social em relação aos deficientes de maneira geral. Wheelz, através de seu depoimento sobre a própria superação, nos ajuda a ver nossos próprios desafios de uma nova maneira.

Assim, não é necessário estar em uma cadeira de rodas para ser inspirado e contagiado pelo que Wheelz é capaz de fazer. Ser deficiente não é sinônimo de incapacidade, nem tampouco de limitação, e sim uma motivação.

3.1 UMA AMOSTRA DE ESTUDO: A FASETE

Serão apresentadas a seguir, informações que caracterizam a organização e o funcionamento da Faculdade integrante deste estudo.

A Faculdade Sete de Setembro – FASETE, Instituição de Ensino Superior privada, mantida pela Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino LTDA, com sede na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia, foi criada em 01 de abril de 2002.

Trata-se de um empreendimento da Equipe de Direção do Colégio Sete de Setembro, estabelecimento de ensino privado, fundado nesta cidade em 1964, que atualmente é a maior da rede particular de ensino da região, mantendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, com um efetivo de matrícula de 1.800 alunos, gozando pleno conceito e preferência da comunidade.

O desígnio maior do pleito de criação de uma entidade de ensino superior em Paulo Afonso é atender os anseios da população estudantil desta cidade e região, que migram para outras cidades e, às vezes, por condição financeira baixa, não ingressam no ensino superior.

A cidade de Paulo Afonso, está situada no Nordeste do Estado da Bahia, a 460 Km da capital (Salvador), além do privilégio de acolher em seu solo o maior complexo de Usinas Hidro Elétricas da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), é também sede da décima região administrativa do Estado da Bahia e polo socioeconômico, cultural e educacional da microrregião do sertão do São Francisco. O seu comércio é considerado bem consistente e evoluído.

O município de Paulo Afonso, emancipado politicamente em 1958, tem uma população aproximada de 100 mil habitantes. É servido de escolas de educação básica, contando com mais de 100 estabelecimentos, sendo a grande maioria, das redes municipal e estadual, com

um total de matrículas, no ano letivo de mais de 33 mil alunos, da educação infantil ao ensino médio.

Na Cidade de Paulo Afonso há também uma instituição de Ensino Superior Estadual com um número reduzido de vagas e opções limitadas de cursos, ficando a população da cidade restrita a esses interesses. Há pouco mais de seis meses foi aberto, em Paulo Afonso, o curso de Medicina, oferecido pela UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco) que tem sua sede em Petrolina – PE e abriu um campus na cidade de Paulo Afonso. Assim, as instituições privadas vêm suprir, de alguma forma, essa insuficiência da rede pública de ensino, especialmente no que condiz ao ensino superior, sendo, a Faculdade Sete de Setembro, a mais importante na região.

Assim, a partir do quadro traçado acima, e das condições e necessidades apresentadas pela região, é que a Organização Sete de Setembro de Cultura e Ensino LTDA, fundou a Faculdade Sete de Setembro – FASETE. Esclarecemos que a menção às pessoas nesse trabalho foi permitida pelos citados alunos, os quais terão nomes fictícios para evitar possíveis mal entendidos.

3.2 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para melhor compreensão do assunto abordado, o método escolhido para ser utilizado na coleta de dados foi a pesquisa de campo do tipo descritiva, com uma abordagem qualitativa, uma vez que trata-se de questionários em que temos uma quantidade de perguntas e respostas dos alunos entrevistados e, também, a reflexão sobre as condições imprimidas pelos entrevistados em suas respostas. “A pesquisa qualitativa implica na obtenção de dados descritivos, decorrentes do contato do pesquisador com a situação alvo do estudo” (BOGDAN & BIKLEN apud LUDKE, 1986).

A abordagem qualitativa se justifica na medida em que se buscou analisar a deficiência e universalidade e alguns casos, mesmo sendo uma realidade da Faculdade Sete de Setembro. Logo, foi possível entender com propriedade como os deficientes se sentem diante da comunidade acadêmica e o que esperam da sociedade, com base nos estudos bibliográficos que fizemos a respeito da deficiência, ao longo dos tempos, mais os dados aqui expostos e analisados.

A partir da aplicação de questionários, os sujeitos da investigação foram 05 (cinco) alunos. A escolha destes para o nosso estudo se deu em virtude das diferentes deficiências entre eles. O questionário foi estruturado com 12 (doze) perguntas, apresentadas a seguir:

3.2.1 Questão de pesquisa: Como se deu a deficiência em sua vida?

As deficiências dos entrevistados surgiram de maneiras distintas. A entrevistada (A1) é deficiente auditiva e relatou que não sabe exatamente a causa, mas que um médico apontou a possibilidade de ter sido proveniente da falta de oxigênio durante seu nascimento. A entrevistada (A2) é deficiente visual, doença congênita, na área da retina, que foi se agravando ao longo dos anos. O entrevistado (A3) é deficiente físico, tetraplégico, o mesmo sofreu um acidente em um mergulho em águas rasas, assim como o entrevistado (A4) que também é deficiente físico e sofreu uma lesão medular, proveniente de um acidente causado por disparo de arma de fogo. Já o entrevistado (A5) que também é deficiente físico, aponta que possui uma doença degenerativa de ordem hereditária, que se manifestou quando o mesmo tinha 14 anos de idade, hoje ele tem 42 anos.

Como apresentado anteriormente, muitos são os tipos e as formas oriundas das deficiências. Assim, o estudo aponta 05 (cinco) diferentes casos para serem apresentados e observados.

3.2.2 Questão de pesquisa: Em sua opinião, como a sociedade trata as pessoas com deficiência?

A essa questão, todos os entrevistados responderam que a sociedade os vê como uma pessoa de quem se deve sentir pena. A entrevistada (A2) completa que “existe certo preconceito, pois só é visto a deficiência e não a capacidade de cada um. Não é possível entender que a ausência física ou sensorial limite totalmente o ser humano”.

Com base na manifestação da entrevistada (A2) é possível sentir a valorização dada pela sociedade às pessoas “normais”, independentemente das ações. No entanto, deve ser considerada a capacidade de cada ser humano. A limitação não deve ser entendida como uma barreira ou sinônimo de incapacidade, mas como incentivo à superação, ou seja, como algo que possa sugerir uma atitude mais ousada a qual precisa de coragem e determinação.

3.2.3 Questão de pesquisa: Você percebe algum avanço da sociedade em relação às pessoas com deficiência?

Segundo os entrevistados, os avanços vêm acontecendo em passos lentos. O entrevistado (A5) revela que: “hoje 25% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, a sociedade vem se organizando, definindo políticas a fim de incluí-los e possibilitar qualidade de vida”.

Como exposto de acordo com o entrevistado (A5) o número de deficientes vem crescendo, assim é necessário que práticas inclusivas sejam desenvolvidas no mesmo ritmo para acompanhar esse crescimento. A sociedade precisa estar preparada, com uma nova postura para compreender e se comportar diante dos deficientes, para que estes se sintam parte

integrante da sociedade. Vemos programas de TV e campanhas para ajudar pessoas com deficiência, mas na prática fica a piedade e não a solidariedade. Talvez se fosse dada a essas pessoas uma forma de elas se sentirem úteis desse um resultado mais eficiente do que uma doação em dinheiro, apesar de considerarmos que muitos vivem em condições precárias e precisam realmente de ajuda financeira.

3.2.4 Questão de pesquisa: Em sua opinião, o que falta na sociedade para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência?

Os entrevistados (A1), (A2) e (A3) relatam que é necessário o cumprimento das leis que beneficiam os deficientes, a exemplo da acessibilidade. Já os (A4) e (A5), defendem que o respeito e a empatia são fatores primordiais para melhoria de vida.

Partindo do pressuposto acima, a prática das leis está intimamente vinculada ao respeito, pois fazer cumprir o que é de direito contribui diretamente para a qualidade de vida das pessoas que lutam por igualdade e justiça.

3.2.5 Questão de pesquisa: Quais as dificuldades que você encontra, em termos de acessibilidade nas escolas?

Em geral, os entrevistados responderam que a acessibilidade é precária. Além da acessibilidade, outro apontamento foi o despreparo dos profissionais para atendê-los.

Atualmente a inclusão é um assunto bastante discutido, no entanto, a prática vem se aplicando lentamente e com isso causa transtornos ao público destinado. É preciso que as instituições se adaptem e se organizem para receber e possibilitar o acesso dos deficientes em seus espaços, além de oferecer treinamentos para os colaboradores para acolher esse público.

3.2.6 Questão de pesquisa: E na FASETE?

A (A1) é estudante do Curso de Enfermagem e relata que até o momento não sentiu dificuldades. A (A2) é estudante do Curso de Letras e expõe que “é necessário um profissional para fazer áudio descrição na apresentação de vídeos e imagens, além de livros em braille e em áudio”. E os entrevistados (A3), (A4) e (A5), respectivamente alunos dos Cursos de Direito, Educação Física e Direito apresentam como maiores dificuldades na FASETE, a acessibilidade, visto que a rampa de acesso às salas de aulas do 1º andar são íngremes. Consideram difícil também a ida à biblioteca, relatando que dificilmente teriam acesso sem acompanhante e o trajeto entre o estacionamento da faculdade e a entrada da mesma.

Pelos relatos acima é possível perceber que há pontos a serem melhorados e adaptados à nova realidade na faculdade. A FASETE é uma instituição de ensino relativamente nova no mercado e vem crescendo a cada dia, buscando melhorias contínuas. Detentora de um público novo, em cada semestre novas matrículas de deficientes são realizadas e a procura para oferecer serviços de qualidade vem crescendo ao passo que cresce a demanda. Dessa forma, vemos que a instituição deve procurar melhorar no sentido de dar mais qualidade de estadia desse público dentro do campus.

3.2.7 Questão de pesquisa: A compreensão de estudantes, funcionários e professores da FASETE atendem/atenderam a suas expectativas?

As respostas foram positivas em relação a todos os entrevistados. Os colaboradores procuram sempre se colocar a disposição para atender bem e oferecer serviços com qualidade ao seu público. Assim, percebemos que o problema da faculdade está na estrutura e não no atendimento pessoal.

3.2.8 Questão de pesquisa: Você tem acesso a todas as estruturas na FASETE, como banheiros, bebedouro e outros?

A entrevistada (A1) relatou que não tem problemas em relação a nenhum acesso. No entanto o (A2) expôs dificuldades em relação ao piso, pois não é possível transitar sozinha pela ausência de um piso tátil, somente acompanhada de um guia. Os demais (A3), (A4) e (A5) referiram-se a problemas com os banheiros, pois nem todos apresentam tamanhos compatíveis para a entrada de uma cadeira de rodas e os bebedouros, todos de um mesmo modelo, também são inacessíveis aos cadeirantes.

As dificuldades existem, no entanto, à medida que a faculdade vem se desenvolvendo e o número de deficientes matriculados vem aumentando. Sendo assim, a instituição tem o objetivo de sanar essas dificuldades em pouco tempo.

É importante destacar que tais dificuldades não são empecilhos para que esse público desista de atingir seus objetivos. Eles conseguiram passar por todas as etapas e dificuldades das escolas onde estudaram. O curso superior seria assim, um sonho realizado e um passo muito importante na vida deles, um dos maiores exemplos de superação.

3.2.9 Questão de pesquisa: Quais as melhorias que você acha necessárias para mais conforto e um melhor desempenho do deficiente dentro a faculdade?

As melhorias propostas, segundo os entrevistados, são a respeito da acessibilidade. Os mesmos sugerem melhor acesso à entrada na faculdade, rampas que dão acesso à biblioteca,

salas de aula e lanchonete, além do acesso ao estacionamento. Também enfatizam a adequação dos tamanhos dos banheiros para os cadeirantes, e disponibilização de bebedouros. Relatam que essas mudanças os tornariam mais independentes.

Essas são melhorias que contribuiriam para melhor conforto, mas a força de vontade e superação são maiores e fortalecem os alunos dia a dia. Percebemos que esses alunos não se sentem diferentes intelectualmente, apenas não andam da mesma forma que a maioria ou não enxergam as coisas pelos mesmos meios, mas têm vontade, capacidade e competência para a construção do conhecimento. Por isso não querem uma forma digna de poder exercer sua cidadania.

3.2.10 Questão de pesquisa: Foi difícil para você chegar até esse nível? Como você superou os obstáculos?

Os entrevistados unanimemente responderam que foi muito difícil e ainda é, mas com o apoio da família e dos amigos, as forças e a vontade de vencer os tornam fortes para que não desistam.

A entrevistada (A1) relata que quase desistiu, pois ela achava que não havia diferenças entre o mundo dela e dos demais, no entanto, a realidade era outra e o preconceito existia constantemente. O incentivo da família foi primordial para que ela não desistisse. O entrevistado (A4) conta que por não ser deficiente desde que nasceu ele só enxergava obstáculos. Para ele, no início, se privar do que estava acostumado a fazer era muito difícil. Com o tempo ele começou a enxergar as coisas de maneira diferente e adaptar-se às novas formas de viver. Com isso, incentivado pela família e amigos, hoje não se limita a nada e sua deficiência não é obstáculo e sim superação de vida.

3.2.11 Questão de pesquisa: Quais as suas perspectivas futuras?

As perspectivas são tornarem-se profissionais atuantes dentro das áreas escolhidas e poderem contribuir para a inclusão de deficientes na sociedade.

Para eles, a maior conquista é que, dentro daquilo que eles se propuseram a fazer, possam ser sujeitos profissionais sem o olhar reprovador ou piedoso dos demais, sem favorecimentos, mas com respeito, para que possam exercer suas profissões com dignidade.

Hoje eles enxergam essa possibilidade, pois as mudanças em prol dos deficientes vêm acontecendo e já se sentem vencedores por estarem dentro de uma instituição de ensino superior, superando o preconceito presente na sociedade.

3.2. 12 Questão de pesquisa: Poderia deixar uma mensagem?

A entrevistada (A1) exibe sua mensagem com orgulho e brilho nos olhos e diz que:

As pessoas me perguntam se sou feliz mesmo surda... eles pensam que ouvir é tudo. Talvez por conta da música, do celular. A vida sem sons é triste para elas. Mas eu nasci surda e isso nunca fez falta para mim. Sou feliz sim! Sou feliz pela pessoa que me tornei, independente de ser surda e isso é que faz a diferença.

A entrevistada (A2) expõe que: “Apesar das dificuldades não devemos desistir dos nossos sonhos, pois são eles que nos mantêm vivos. Todos nós somos diferentes e devemos respeitar as particularidades de cada um”.

Entrevistado (A3): “A acessibilidade deveria estar mais presente na consciência social”. Já o entrevistado (A4): “O feio não é cair... o feio é não saber se levantar... pois muitos são os que caem e poucos que se levantam”.

E por fim entrevistado (A5): “Que o olhar dedicado à pessoa com deficiência não seja de compaixão, mas numa perspectiva que diante de vós se encontra uma pessoa com direitos, que para exercê-los precisa de uma sociedade sem limitações”.

É possível perceber diante do exposto que cada entrevistado não colocou a deficiência como empecilho de vida e sim de superação, diante dos obstáculos a serem enfrentados e preconceitos vividos na sociedade.

Essa pequena amostra estudada reflete um avanço em relação à inclusão dos deficientes na sociedade e que é possível serem inseridos no convívio social. Do mesmo modo, é importante enfatizar que eles não querem piedade, querem igualdade, direitos de ser e de fazer o que sabem e podem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos deste trabalho, assim como do estudo realizado, é possível dizer que a universidade assume papel relevante num cenário político, econômico e social de mudanças. As mudanças estão consubstanciadas em um novo cenário, que orienta a sociedade e a necessidade da reorganização de novas posturas.

Vimos que alguns trabalhos já foram feitos e leis estão sendo cumpridas, mas o caminho ainda é árduo e muito longo até termos o suficiente para suprir a insuficiência da visão e das ações sociais. Vimos que superação é atitude, mas não só de quem precisa, mas também de pode proporcionar essa atitude.

Refletindo sobre as informações coletadas, é possível revelar que hoje, os avanços ocorridos em relação à inclusão dos deficientes na sociedade são notórios, no entanto, muitos ainda são os entraves, mas há nas ações dos que já conseguiram superar os inúmeros obstáculos, a

esperança de que aumente cada vez mais o número de pessoas que possam ter a oportunidade de participar do mundo igualmente e, com seus próprios méritos, conseguir viver dignamente.

Podemos observar, diante do exposto, que intervir no âmbito da inclusão significa romper barreiras e preconceitos, valorizar a diversidade, respeitar à diferença e contribuir para que haja dignidade para todos. Mais que cumprir a legislação é fazer valer todas as formas de valorização do ser humano.

Assim, essa pesquisa visa contribuir e servir de referência para novos estudos e incentivo de novas pesquisas nessa área, como também mostrar que, muitas vezes, uma pequena ação já pode transformar uma vida, é só abrir a porta.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental. **Educação Especial**. Rio de Janeiro, Série Atualidades Pedagógicas, 1998.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Censo Demográfico de 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 21 jan. 2014.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: UNIC, 2000. Disponível em <http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf> Acesso em: 22 out. 2013.

Dicionário Informal Online. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/superacao/>> Acesso em: 07 nov. 2013.

FARIAS, Norma & BUCHALLA, Cássia Maria. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo. v. 8 n. 2, junho, 2005. p. 187 – 193.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Míni Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa. 6 ed. Curitiba: Posigraf, 2004.

FONTES, Julio. **Sua debilidade está principalmente na sua mente você é tão debilitado quanto se sente**. Razões para Acreditar. Disponível em <<http://razoesparaacreditar.com/sua-debilidade-esta-principalmente-na-sua-mente-voce-e-tao-debilitado-quanto-se-sente/#>> Acesso em: 13 nov. 2013.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>> Acesso em: 12 nov. 2013.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MATHEUS, Natália de Mesquita & SCHLIEMANN Ana Laura. **A construção do conceito de deficiência na área da saúde**. Artigo apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014. Disponível em: <

http://www.pucsp.br/pac/downloads/artigo_construcao_conceito.pdf> Acesso em: 12 nov. 2013.

MAZZOTTA, M. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**, 1995. 387 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1995.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Caderno de estudos: educação especial** / Luciana Monteiro do Nascimento, Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2007. p. 4.

OMOTE, Sadao. **Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido**. Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba, v. 2, n.1, p. 65-74, 1994.

PEDRINELLI, Verena Junghaknel. Possibilidades na diferença: o processo de inclusão, de todos nós. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Revista Integração**. Ano 14, Edição Especial, 2002.

PORTUGAL. Secretariado Nacional de Reabilitação. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das conseqüências das doenças**. Lisboa: SNR/OMS, 1989.

SALES, Elielson; SALES, Adriane de Castro Meneze; SILVA, Francisco Hermes Santos. **Deficiência e Educação: uma perspectiva histórica da educação de surdos**. Revista Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 3, n. 9, p. 30-44, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?**. São Paulo, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em: 23 set. 2013.